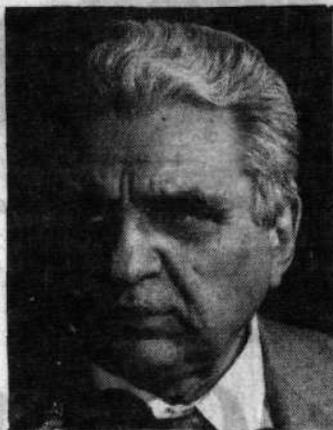


Ministro aposta numa Constituição liberal

Natal — «A Constituinte vai ter um perfil liberal, reformista, na base de 80 por cento de sua representação. 20 por cento serão grupos de direita ou de esquerda mais radicais». A análise é do ministro da Administração, Aluizio Alves, ao falar sobre a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, amanhã.

Aluizio Alves, que foi constituinte em 46, disse acreditar numa Constituição liberal e que o país vai se envolver numa grande discussão sobre o sistema de governo, parlamentarismo ou presidencialismo. Para o ministro, o parlamentarismo é uma possibilidade. «Para isso estamos preparando a administração pública e de pessoal, porque como estava não poderia servir no regime parlamentarista».

Alves acredita que a Constituinte trará alguns avanços sociais, «sobretudo na limitação de lucros estrangeiros e mesmo de lucros nacionais, de modo a complementar constitucionalmente a transferência de renda que o Plano Cruzado operou no ano passado, sobretudo, para as classes mais pobres, pela incorporação de mais de 20 milhões de pessoas ao



Alves: perfil liberal

mercado produtivo».

Para o ministro da Administração, «se deve esperar com muita esperança, com muitas perspectivas favoráveis, mas sem esperar milagres».

Constituinte de 46

Já o deputado federal constituinte de 1946, Jaci de Figueiredo, eleito pelo PR (Partido Republicano) representando o estado de Minas Gerais, defendeu a revogação da Constituição de 1967, atualmente em vigor e a imediata vigência, pela assembleia Nacional Constituinte, da Carta de 1946, «que é mais própria para o atual momento institucional do país».

O constituinte mineiro, advogado, atualmente com 85 anos, vive em Varginha, a 290 quilômetros de Belo Horizonte, e participou dos trabalhos constituintes na capital da República à época, o Rio de Janeiro, exercendo, aos 45 anos, o seu primeiro mandato parlamentar. No ano passado, foi homenageado, juntamente com os outros constituintes vivos, pela Assembleia Legislativa.

O ex-deputado disse, que o prazo proposto pelo PMDB para conclusão dos trabalhos constituintes e promulgação da primeira Constituição da Nova República (7 de setembro de 1987) é um bom prazo. A Constituição de 1946, iniciada também no mês de fevereiro, conseguiu ser promulgada a 18 de setembro. Ele advertiu, entretanto, que à época era maior o número de notáveis com experiência parlamentar, o que não ocorre desta vez, por causa da grande renovação vinda das eleições de 15 de novembro.

Definindo-se como de centro-esquerda, Jaci de Figueiredo, numa análise rápida das mudanças que virão, pediu que os custos de alimentos caiam e uma das formas seria abolir ICM.